

Dossiê Temático

Cinema: suas políticas e economia

Apresentação:

Anita Simis

Professora livre-docente do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP, autora do livro Estado e cinema no Brasil.

Contato: anita@fclar.unesp.br

Este dossiê temático foi divulgado com a seguinte ementa:

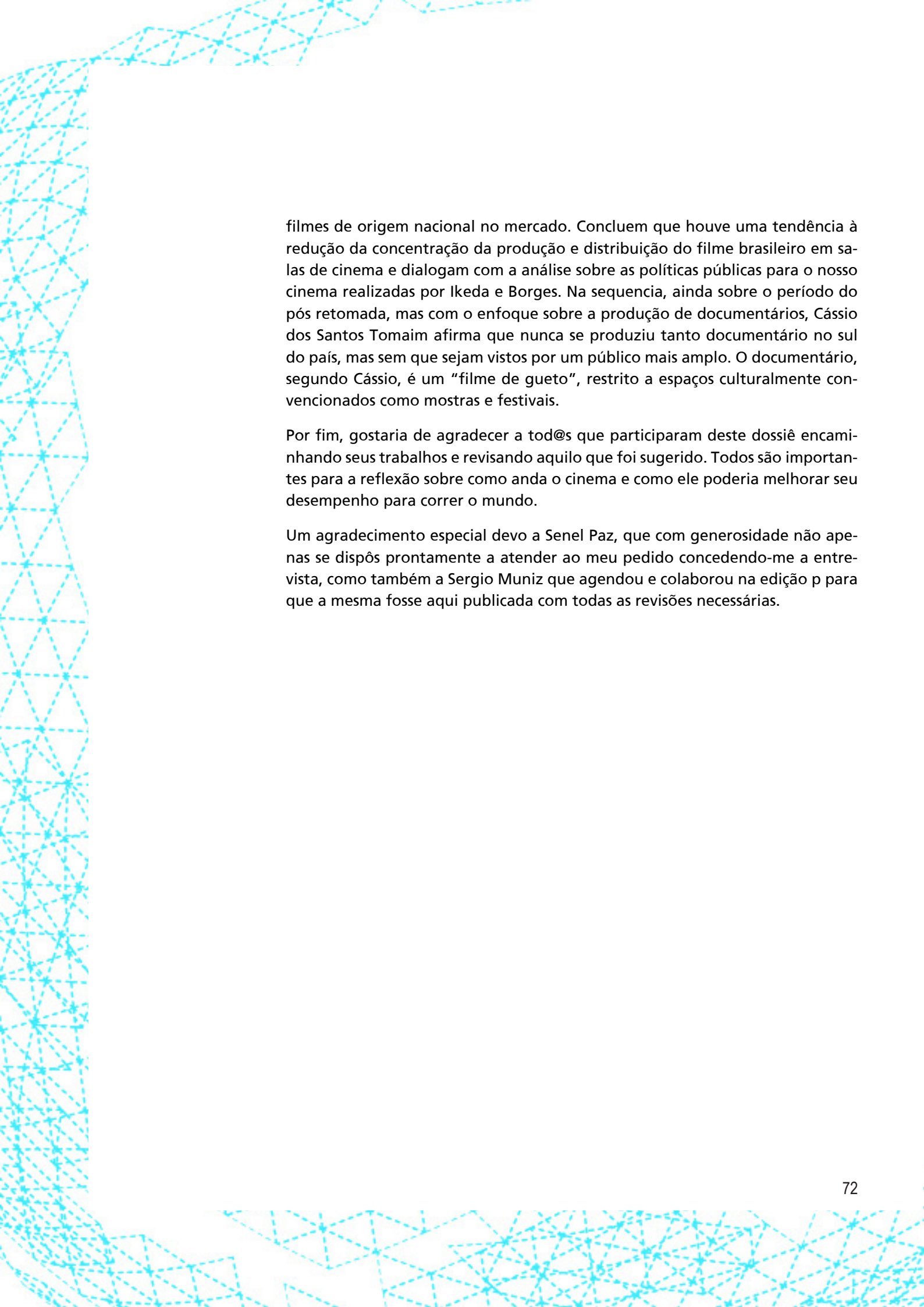
Nas duas últimas décadas assistimos ao desenvolvimento do campo das políticas culturais e da economia política da cultura e das comunicações e, particularmente, da economia política do cinema. No Brasil, podemos afirmar que o interesse por este último campo se deu em parte porque aumentaram os cursos de pós-graduação nas áreas de Ciências Humanas e, por outro lado, porque após a derrocada da Embrafilme era preciso repensar o modelo de desenvolvimento do nosso cinema. Ao mesmo tempo, assistimos ao período chamado Retomada do Cinema Brasileiro, as legislações sobre o audiovisual, os congressos de cinema, a Ancine. Enfim, todo um novo perfil foi desenhado a partir dos anos 90 e hoje recuperamos nossa capacidade de produção. Mas novos desafios se impuseram, principalmente no âmbito da distribuição e exibição, digital ou não. Assim, indagamos: no âmbito da economia do cinema quais são avaliações sobre as diferenças entre gestões públicas e privadas de incentivo ao cinema ocorridas nos últimos 20 anos? Como delinear o panorama atual da economia política do cinema, no âmbito da produção, distribuição e exibição, esta última em seus mais diferentes suportes? A regulação existente aponta para a sustentabilidade da produção? Qual a avaliação sobre os projetos de integração do cinema latino-americano por parte das pesquisas realizadas e mesmo por parte dos organismos oficiais? Pesquisas que abordem comparativamente a produção, distribuição e exibição (em seus mais variados supor-

tes) do cinema argentino, brasileiro e mexicano, entre os principais, também são incentivadas a se apresentarem neste dossiê que busca justamente ser um espaço para reflexão e balanço sobre qual cinema sobreviveu ou sobrevive ao neoliberalismo e/ou neodesenvolvimentismo.

O volume de artigos apresentados superou as nossas expectativas embora a resposta a esta ementa tenha variado: desde trabalhos que procuraram responder às questões, até aqueles cujos temas se situaram no limite do que poderíamos dizer estarem associados aos aspectos econômicos ou políticos do cinema. No entanto, dada a qualidade dos mesmos, afora uns poucos rejeitados pelos pareceristas, o restante, aqueles plenamente aceitos se somou aos trabalhos que acataram sugestões e reformulações, formando um conjunto consistente para ser dividido e compor a publicação em dois momentos: um neste número e outro em maio de 2016.

Procurando articular a ordem em que estão dispostos os trabalhos, iniciamos este volume agora apresentado por trabalhos que acentuam críticas à forma como foram implementadas as medidas destinadas a proteger a produção de filmes de países como Argentina e Brasil. Assim, Roque Gonzáles trabalha com um interessante conceito - o neofomentismo - para poder compreender os últimos 15 anos da política do setor, enquanto Marina Moguillansky articula o tema da integração cinematográfica entre os países do Mercosul, desde a criação do bloco em 1991 até o presente e, embora conclua que houve um avanço na agenda da integração proposta, em relação ao público existente para os filmes mercosurenhos observa que o panorama é desalentador. Já Ana Júlia Cury, com base nas Leis Rouanet (1991) e do Audiovisual (1993) do Brasil e na Ley de Cine (1994) da Argentina, compara as políticas públicas voltadas para o cinema e sua repercussão no âmbito do mercado. Em seguida, a coprodução internacional é o tema desenvolvido por Flávia Pereira da Rocha, desde sua definição até a elaboração de tabelas com dados, as diferenças entre “coproduções de papel” versus as “coproduções de verdade” e a dificuldade para serem exibidas.

Quanto ao Brasil especificamente, Marcelo Gil Ikeda participa do dossiê analisando o impacto dos mecanismos de incentivo fiscais indiretos na produção cinematográfica e mostra que embora os recursos tenham aumentado, impulsionando uma retomada da produção a partir dos anos 1990, o desempenho do mercado dos filmes nacionais permaneceu bem aquém do ideal de autossustentabilidade previsto pelo modelo implementado. Danielle dos Santos Borges parece concordar com Ikeda ao apresentar dados que mostram uma produção ainda extremamente dependente dos recursos financeiros subsidiados pelo Estado e com empresas que se mantêm em funcionamento em um ritmo instável de atividade. Fernando Antonio Prado Gimenez, Daniela Torres da Rocha e Fabiano Luiz Xavier dos Santos fazem um balanço dos 20 anos da retomada, explorando os índices de concentração da produção, distribuição e exibição dos



filmes de origem nacional no mercado. Concluem que houve uma tendência à redução da concentração da produção e distribuição do filme brasileiro em salas de cinema e dialogam com a análise sobre as políticas públicas para o nosso cinema realizadas por Ikeda e Borges. Na sequência, ainda sobre o período do pós retomada, mas com o enfoque sobre a produção de documentários, Cássio dos Santos Tomaim afirma que nunca se produziu tanto documentário no sul do país, mas sem que sejam vistos por um público mais amplo. O documentário, segundo Cássio, é um “filme de gueto”, restrito a espaços culturalmente convencionados como mostras e festivais.

Por fim, gostaria de agradecer a tod@s que participaram deste dossiê encaminhando seus trabalhos e revisando aquilo que foi sugerido. Todos são importantes para a reflexão sobre como anda o cinema e como ele poderia melhorar seu desempenho para correr o mundo.

Um agradecimento especial devo a Senel Paz, que com generosidade não apenas se dispôs prontamente a atender ao meu pedido concedendo-me a entrevista, como também a Sergio Muniz que agendou e colaborou na edição para que a mesma fosse aqui publicada com todas as revisões necessárias.